

A inclusão de estudantes surdos no Campus São Luís - Monte Castelo do IFMA: buscando compreender evasão, retenção e êxito desse público

The inclusion of deaf students in the IFMA – Campus São Luís/Monte Castelo: understanding school dropout, retention and success of this public

DOI:10.34117/bjdv7n12-204

Recebimento dos originais: 12/11/2021

Aceitação para publicação: 07/12/2021

Rogério de Mesquita Teles

Professor Titular do Departamento Acadêmico de Química do IFMA – Monte Castelo (Brasil)
rogerioteles@ifma.edu.br

Yasmin Helena Almeida de Melo

Estudante do Curso Técnico em Comunicação Visual do IFMA – Monte Castelo (Brasil)

Regina Lucia Muniz Ribeiro

Professora do Departamento Acadêmico de Química do IFMA – Monte Castelo (Brasil)
reginamuniz@ifma.edu.br

Lara Rubia Silva Teles

Professora do Departamento Acadêmico de Design do IFMA – Monte Castelo (Brasil)
lara.teles@ifma.edu.br

Maria do Socorro Mendes dos Santos

Tradutora Intérprete de Libras do IFMA – Monte Castelo (Brasil)
maria.socorrosantos@ifma.edu.br

Elys Correia Cunha e Silva

Tradutora Intérprete de Libras do IFMA – Monte Castelo (Brasil)
elys.silva@ifma.edu.br

RESUMO

Como consequência de movimentos sociais e acadêmicos, o entendimento acerca de deficiência, evoluiu muito e culminou para a Declaração de Salamanca, da qual o Brasil é signatário, que consiste em importante referência internacional da Educação Especial por proclamar a educação inclusiva como princípio norteador da educação para todos, o que conceitua um modelo educacional pautado na compreensão dos direitos humanos para reconhecer e valorizar a diversidade como condição humana. Desde 2012, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) destina 5% das vagas

do processo seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTN) para alunos com deficiência. Esta pesquisa investigou alunos surdos matriculados de 2012 a 2019 nos cursos da EPTN no IFMA – Monte Castelo, objetivando compreender a opção desses alunos pelo IFMA, *campus* e curso, evidenciar causas para evasão, além de identificar a intenção desses alunos pós curso técnico. A metodologia foi descritiva e analítica, dando-se abordagem quantitativa e qualitativa. Foram levantados os dados de alunos matriculados, evadidos e concluídos, além de já ter sido realizada a aplicação de questionários para essas situações. No período estudado, 50 estudantes surdos se matricularam no *Campus*, sendo que 15 concluíram o curso (30% no total; 39,47% do universo com tempo mínimo para conclusão), 12 evadiram (24%) e 23 permanecem matriculados (46%). As principais dificuldades apontadas por esses estudantes foram as disciplinas profissionalizantes e a comunicação com colegas e professores, o que aponta a necessidade uma atenção maior a esses estudantes durante o curso, não apenas a garantia do acesso dos mesmos à escola, mas também da Libras em todos os ambientes, assim como da formação continuada de professores e estudantes ouvintes.

Palavras Chave: evasão escolar, alunos surdos, educação profissional.

ABSTRACT

As a consequence of social and academic movements, the concept of disability has evolved a lot and culminated in the Salamanca Declaration, to which Brazil is a signatory, which is an important international reference of Special Education for proclaiming inclusive education as a guiding principle of education for children. all, which conceptualizes an educational model based on the understanding of human rights to recognize and value diversity as a human condition. Since 2012, the Federal Institute of Education Science and Technology of Maranhão (IFMA) allocates 5% of the vacancies of the selection process for the Secondary Technical Vocational Education (EPTN) for students with disabilities. This research investigated deaf students enrolled from 2012 to 2019 in the EPTN courses at IFMA - Monte Castelo, aiming to understand the option of these students for IFMA, campus and course, highlight causes for dropout, and identify the intention of these students after technical course. The methodology was descriptive and analytical, giving a quantitative and qualitative approach. Data were collected from students enrolled, evaded and completed, and questionnaires were already applied to these situations. During the study period, 50 deaf students enrolled in the Campus, 15 of which completed the course (30% in total; 39.47% of the universe with minimum time to complete), 12 evaded (24%) and 23 remained enrolled (46%). The main difficulties pointed out by these students were in the content of the professional subjects and communication with colleagues and teachers, which points to the need for greater attention to these students during the course, not only ensuring their access to school, but also Pounds in all environments, as well as the continuing education of teachers and students, deaf or hearing.

Keywords: school dropout, deaf students, vocational education.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a compreensão sobre deficiência sofreu radicais mudanças, tendo o protagonismo das explicações se deslocado do saber médico – como nos anos

1970 –, para as ciências sociais, como aponta Santos (2016). Como consequência, o tema entra na pauta acadêmica e, por consequência, fortalece demandas dos movimentos sociais que conquistam importantes revisões de marcos jurídicos e legais, principalmente a partir dos anos 2000.

Como fruto dessas conquistas, cita-se a publicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF – (International Classification of Functioning, Disability and Health – ICF –, em Inglês), em 2001 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) permitindo que uma abordagem positiva da deficiência, de forma que o indivíduo possa desempenhar suas atividades e ser incluído na sociedade (WHO, 2001).

No Brasil, a comunidade surda conquista, a partir das lutas dos movimentos sociais de pessoas surdos, o reconhecimento de forma oficial da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como meio de comunicação e expressão, através da Lei 10.436, de 22 de abril 2002. Essa Lei viria ser regulamentada em 22 de dezembro de 2005, com a edição do Decreto Federal nº 5.626, que também contou com a participação de universidades e movimentos sociais ligados a pessoas surdas.

Já em 2008, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, do Ministro da Educação. Sem dúvidas, isso permitiu avanços no debate para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, já que a Política serve como diretrizes para a sistematização dessa modalidade de ensino, uma vez que orienta a caracterização do estudante público da educação Especial, a organização e implementação de serviços, assim como a formação dos profissionais que atuam com esse público.

Outra importante conquista, em escala global, foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006, da qual o Brasil é signatário através dos decretos 186/2008 e 6949/2009. Na Convenção, a ONU (2007) define pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Essa definição também foi adotada pela Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Apesar das políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva garantirem acesso e permanência na escola, existem muitos entraves, como afirma

Barretta (2012). A inclusão escolar não ocorre da mesma forma entre todos os países, embora muitos avancem para a práticas inclusivas. Depende-se de esforço coletivo para garantir educação de qualidade para todos e para que os alunos aprendam valorizando-se as potencialidades individuais (SINNEMANN e GARBINI, 2015).

O sucesso da educação inclusiva só terá êxito quando atitudes em relação à inclusão escolar forem positivas (ARANHA, 2003), sendo a relação professor-aluno fundamental, com respeito, atenção pedagógica flexível e individualizada (SILVA, 2005).

Para tanto, o apoio institucional é indispensável, através de uma rede com serviços especializados, além da formação inicial e continuada dos professores (PLAISANCE, 2010). Isso permitirá a construção de estratégias para facilitar o ensino, assim como a adaptação de atividades, conteúdos e materiais didáticos visando diminuir a segregação, a evasão e o fracasso escolar (PLETSCH, 2009).

Estudo de Dore e Lüscher (2011), demonstrou o número escasso de estudos e informações sistematizadas sobre a temática da evasão na educação técnica de nível médio. Trata-se, portanto, de um campo de pesquisa a ser solidificado no país.

Fatores econômicos, como a necessidade de trabalhar e conciliar estudo e trabalho, são os principais motivos da evasão escolar de estudantes do ensino técnico na rede federal de educação profissional em Minas Gerais (DORE; SALES; CASTRO, 2014). Para Silva e Dore (2014), além desses fatores, a evasão de estudantes com deficiências apresentam algumas especificidades, como problemas decorrentes de doenças e acidentes e a ausência do atendimento educacional especializado.

O *Campus* São Luís – Monte Castelo do IFMA oferta vagas para a educação profissional nas formas articulada (integrada e concomitante) e subsequente ao ensino médio. A forma integrada é para quem concluiu o ensino fundamental; a concomitante para matriculados no ensino médio em outra escola; e a subsequente para quem concluiu o ensino médio. Desde 2012, o IFMA destina 5% dessas vagas são estudantes com deficiência.

Essas considerações justificam a relevância da pesquisa, porque a mesma objetivou examinar a evasão escolar de surdos da educação profissional técnica de nível médio do *Campus*, de forma a oferecer diretrizes para programas, planos e ações futuras.

2 METODOLOGIA

Para a pesquisa qualitativa foi realizado levantamento de dados no sistema acadêmico do *Campus* São Luís – Monte Castelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, a fim de conhecer o número de estudantes surdos formados, evadidos e ainda matriculados no *Campus*, desde o ano de 2012 até o ano de 2018.

No aspecto qualitativo, a pesquisa foi feita através da aplicação de questionários, seguida da análise dos dados através de levantamento bibliográfico, a fim de compreender fatores que levaram o estudante a evadir-se ou permanecer no curso.

De posse desses dados, foram organizados planilhas e gráficos com por meio do programa de computador MS Excel.

Como a estudante pesquisadora é surda, o trabalho contou com o apoio de profissional tradutora intérprete de Libras do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do *Campus* São Luís – Monte Castelo. Para a melhor discussão dos resultados, os dados coletados serão tratados considerando estudantes formados, estudantes evadidos e estudantes não evadidos, sendo estes últimos os que ainda se encontram matriculados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelo levantamento realizado, verificou-se que 50 estudantes surdos se matricularam no *Campus* nesse período, sendo que 12 evadiram-se, 15 concluíram seus cursos e 23 permanecem matriculados. Isso significa que, desde o ano de 2012 até o primeiro semestre de 2019, a evasão total verificada foi de 24% dos estudantes surdos do *Campus*. O índice de formatura desses estudantes foi de 30% e os 46% restantes permanecem matriculados. Essas informações estão compiladas na figura 1.

Em relação ao número de estudantes surdos formados, pode ser feito um recorte elvando em consideração apenas estudantes que atingiram o tempo mínimo para a conclusão (matriculados de 2012 a 2-16). Nesse recorte, o percentual de estudante que concluíram seus cursos subiria de 30% (15/50) para 39,47% (15/38), o que representa um expressivo indicador de eficiência.

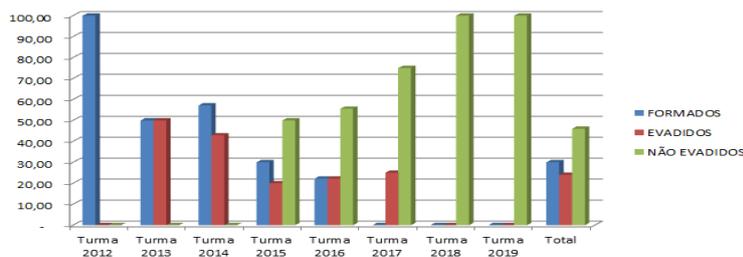
Mesmo não tendo encontrado pesquisas que tratam especificamente da evasão de estudantes surdos na educação profissional, pode-se inferir que esses resultados encontram-se dentro de uma margem satisfatória, pois se compararmos esses índices de

evasão e de conclusão com dados de estudantes de uma forma geral, há algumas semelhanças.

Dados do Ministério da Educação (MEC, 2014) para os Institutos Federais, por exemplo, registraram taxa de evasão para cursos técnicos integrados com o Ensino Médio de 6,4%, retenção de 44,42% e conclusão de 46,80%. Para essa forma na modalidade Educação de Jovens e Adultos, os resultados foram de 24%, 38% e 37,5%, respectivamente. Para os cursos subsequentes, o documento aponta taxas de evasão, retenção e conclusão, respectivamente de 18,8%, 49,34% e 31,40%.

Nesse mesmo sentido, Soares e Marins investigando a evasão dos alunos do ensino médio técnico integrado do IFMS - Ponta Porã, verificaram índice de 30,4%. Em relação a cursos de graduação, dados do Censo da Educação Superior 2015 (INEP, 2015) registram evasão de 55% entre estudantes com deficiência.

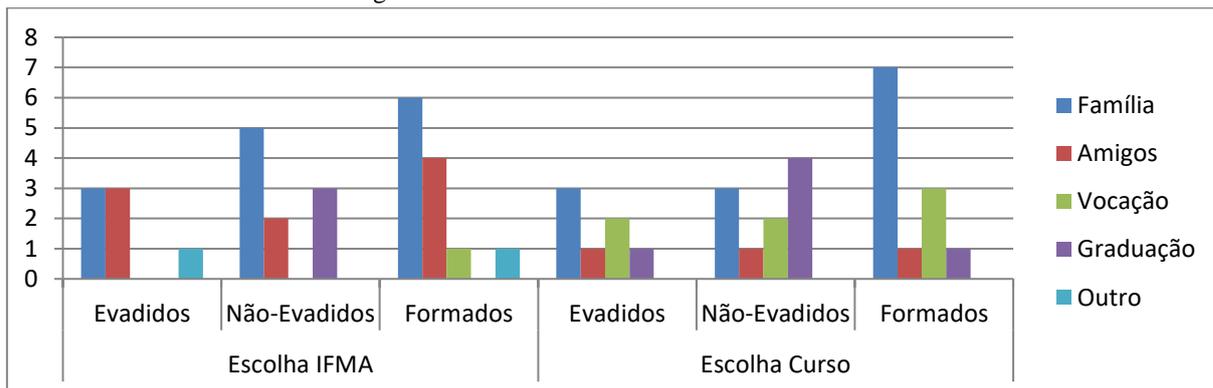
Figura 1 – Porcentagem de formados, evadidos e não evadidos



Ao verificar o motivo pelo qual os estudantes surdos escolheram o IFMA, 77,78% dos evadidos, 70% dos não evadidos e 83,33% dos formados declaram influência da família ou de amigos, como mostra a figura 2. O fato de os próprios estudantes surdos informarem seus colegas sobre a real possibilidade de fazerem um curso técnico no IFMA talvez explique o expressivo número de estudantes surdos que todos os anos procuram o *Campus*.

Como não foram encontrados na literatura científica relatos sobre influência na escolha profissional de jovens surdos, algumas pesquisas que evidenciam essa questão para adolescentes de uma forma geral foram consultadas, o que permitiu observar resultados semelhantes. Santos (2005) que, ao investigar as percepções de adolescentes com idades variando entre 16 e 18 anos egressos de programa de orientação profissional de uma universidade pública, verificou que os indicadores sugerem a influencia dos pais e dos pares na escolha profissional. Fato também confirmado por Santana, Andrade e Pagan (2012), que verificaram escolha de um curso de licenciatura e influências de familiares e amigos.

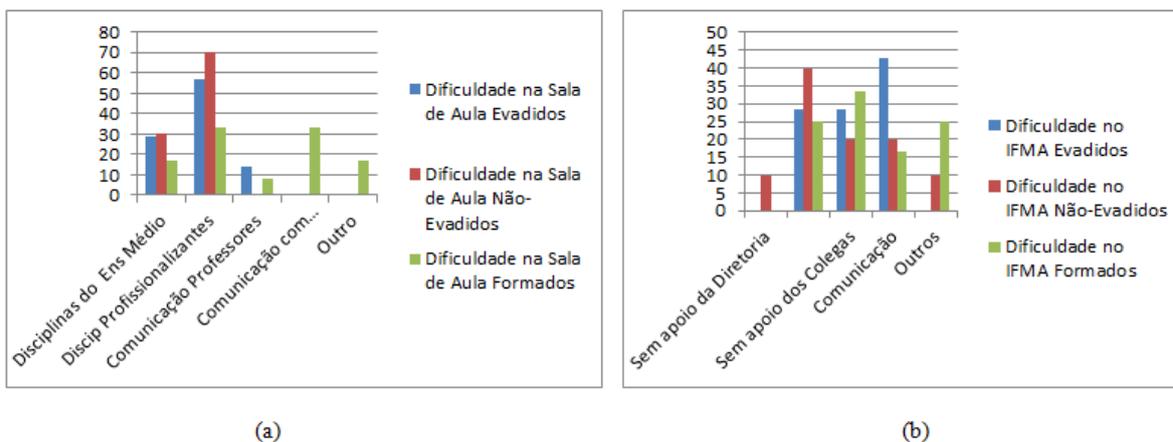
Figura 2 – Influência na escolha do IFMA



Quanto às maiores dificuldades encontradas por esses alunos no IFMA (figura 3a) e na sala de aula (figura 3b), observou-se que para 42,86% dos evadidos a maior dificuldade no Instituto está na comunicação, os demais destacaram falta de apoio dos colegas e dos professores. Para 40% dos não evadidos a maior dificuldade no Instituto está na falta de apoio dos professores, enquanto que 20% apontaram a comunicação como maior dificuldade e 20% destacaram falta de apoio dos colegas.

Esses dados encontram convergências no que apontou Souza (2013) em pesquisa que mostrou que a falta de condições e preparo por parte destes profissionais, que não se sentem capacitados para atuarem de forma satisfatória com esses alunos, assim como Bisol (2010), que mostrou que o fato de professores e colegas ouvintes desconhecerem as peculiaridades da surdez e a Libras é um agravante a mais, inclusive no que diz respeito à dificuldade de se relacionar com o que é diferente.

Figura 3 – Maiores dificuldades: (a) no IFMA, (b) na sala de aula



No que diz às maiores dificuldades dos estudantes surdos em sala de aula, 81,71% dos evadidos, 100% dos não evadidos e 66,67% dos formados apontam os conteúdos,

com destaque para os conteúdos das disciplinas profissionalizantes (apontadas por 57,14%; 70% dos não evadidos; e 33,33% dos formados).

Alguns estudos apontam que professores da Educação Profissional devem refletir sobre sua prática levando em consideração a realidade e a diversidade atuais, como aponta estudo de Castro (2018) ao mostrar que profissionais precisam urgentemente de capacitação para trabalhar com maior empatia, haja vista não ser a sociedade composta de pessoas iguais, mas sim de diferenças que se completam e se ajudam.

Complementarmente, Figliuzzi, Santos e Guimarães (2016) destacam a importância da participação do professor no planejamento das aulas e assinalam que as necessidades dos estudantes surdos vão além da tradução e interpretação dos conteúdos ministrados pelo docente, feita pelo profissional tradutor e intérprete de Libras. Para Almeida et al. (2011), melhorias na infraestrutura eleva o rendimento de alunos com deficiência e que a evasão e o abandono da escola ocorrem com maior frequência em escolas com infraestruturas inadequadas.

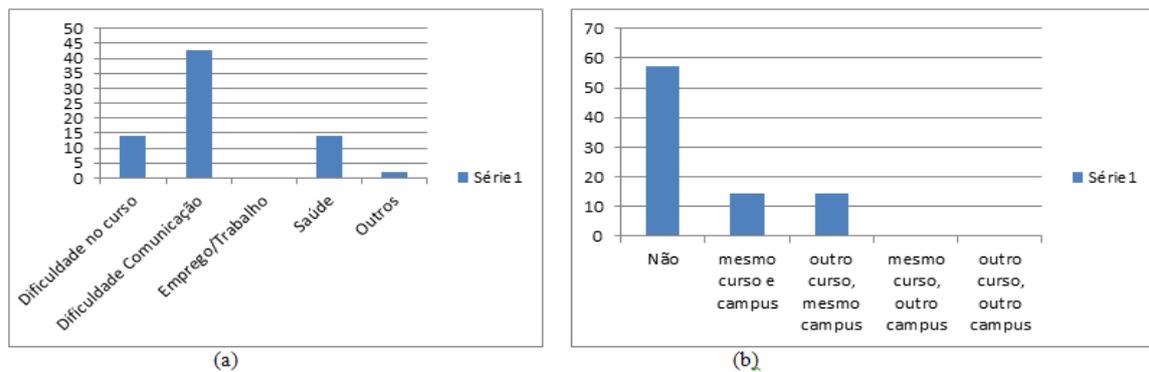
A taxa de evasão dos estudantes surdos do *Campus* verificada no período foi algo em torno de 24%, o que para esse público e para os grandes desafios que os estudantes surdos enfrentam diante da Educação Profissional, pode ser considerado um índice aceitável, haja vista que a evasão é ainda preocupante entre os alunos com deficiência, como concluíram Ziliotto, Souza e Andrade (2018), quando investigaram série histórica do CENSUP, e perceberam que evasão entre esses alunos ultrapassa os 50%.

Esta pesquisa também identificou a evasão dos estudantes surdos do *Campus* se é maior no segundo ano – 42,87% (sendo 28,58% no terceiro semestre do curso e 14,29% no quarto) –, e no terceiro ano do curso ano – 42,87% (todos no sexto e último semestre do curso). No primeiro ano (no segundo semestre) do curso a taxa de evasão identificada foi de 14,29%. Essas observações apontam que o *Campus* pode estar fazendo um bom acolhimento na chegada do estudante, mas falhando na continuidade do acompanhamento nos semestres seguintes.

Ao lado disso, identificou-se que 57,16% dos evadidos pensaram em mudar de curso, mas não o fizeram. Isso pode ser uma observação importante para diminuir a taxa de evasão através da percepção dessa intenção do estudante, assim como da facilitação/flexibilização desse processo de mobilidade.

As figuras 4a e 4b mostram informações acerca das causas relatadas para a evasão assim como a intenção desses evadidos retornarem ou não ao IFMA.

Figura 4 – (a) Motivos da evasão; (b) Se houvesse condições, voltaria para o IFMA



Dentre os fatores apontado para a evasão, 14,29% dos estudantes alegaram dificuldade no curso, 42,87% dificuldade na comunicação (sendo 28,58% na Língua Portuguesa e 14,29% na Libras), 28,58% apontaram problemas de saúde e 28,58% alegaram outros motivos (sendo 14,29% com dificuldade em sinais do curso Libras e falta de vontade para estudar assuntos do curso; 14,29% não conseguiu estágio).

Os resultados de pesquisa relatada por Silva e Dore (2016) mostram que os fatores associados ao abandono escolar de alunos com deficiência apresentam aspectos similares aos dos alunos evadidos em geral, mas também há alguns que são específicos para pessoas com deficiência, como acessibilidade e falta de AEE.

Percebe-se que a maior frequência de fatores de evasão apontados está na falta ou falha de comunicação do estudante surdo, quer seja com seus colegas, professores ou demais atores e ambientes da escola, embora haja TILS para mediar essa comunicação, mas esses profissionais sozinhos não darão conta das especificidades linguísticas e de tradução/interpretação necessária para a formação integral dos estudantes surdo na Educação Profissional, com todas suas peculiaridades.

Como esses ambientes são preparados para e por ouvintes isso gera muitas dificuldades, deixando muitas vezes o estudante surdo isolado, o que se agrava com a dificuldade que os surdos têm em relação às línguas orais, o que torna ainda mais difícil a interação entre alunos surdos e professores sem domínio da Libras (OLIVEIRA, Q. M. FIGUEIREDO, 2017; ZILIOOTTO, SOUZA e ANDRADE, 2019).

Dentre os estudantes evadidos, 71,42% declararam não ter intenção de retornar ao IFMA. Também se verificou que nenhum dos evadidos cursa graduação e que 57,16% não pretendem ir para a universidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados verificados, percebe-se que significativo número de estudantes surdos os quais têm sido aprovados nos processos seletivos para o *campus* São Luís – Monte Castelo do IFMA.

Considerando que a inclusão de estudantes surdos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio é um fenômeno recente, as taxas medidas para evasão (24%) e para a conclusão de curso (46%) podem ser consideradas aceitáveis, entendendo que se está diante de um processo transitório de inclusão, desses jovens, mas esforços deverão ser feitos para tornar efetiva a inclusão de estudantes com surdez.

A comunicação com os colegas e com os professores, ao lado das disciplinas foram as principais dificuldades apontadas pelos estudantes surdos investigados, o que mostra que a inclusão desse público de alunos precisa evoluir para além do acesso, passando por uma atenção melhor aos estudantes durante todo percurso pela instituição de ensino, assim como promover a formação continuada dos professores e demais profissionais que atendem aos estudantes surdos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao IFMA, ao CNPq e à Fapema, pelo imprescindível apoio a esta pesquisa, assim como pelo financiamento da mesma.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Inclusão social da criança especial. In: SOUZA, A. M. C. (Org.). *A criança especial: temas médicos, educativos e sociais*. São Paulo: Roca, 2003. p. 307-322.

BARRETTA, E. M. CANAN, S. R. **Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais**. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. Disponível em <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181>>. Acesso em 05 jul. 2015.

BISOL, Cláudia Alquati et al. .Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 147-172, Abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742010000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em : 4 dez. 2018.

CASTRO, R. R. de. A formação profissional do aluno surdo em uma escola técnica de nível médio. **Educação Pública**. 27/nov/18. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/a-formao-profissional-do-aluno-surdo-em-uma-escola-tnica-de-nvel-mdio> . Acesso em 21 jan 2019.

DORE, R. SALES, P. N. CASTRO, T. L. **Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais**. In: DORE, R. ARAÚJO. A. C.

FIGLIUZZI, R. C. SANTOS W. R. dos GUIMARÃES K. C. T. Inclusão do Aluno Surdo na Educação Profissional: a importância da interação entre o intérprete de libras e os demais atuantes no processo de ensino do Curso Técnico da Escola Estadual Leopoldino Rocha em Itapemirim-ES. **Estação Científica**. Juiz de Fora, nº 15, janeiro – junho / 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censup-Censo da Educação Superior** 2015. Disponível em: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2017/. Acesso em: 21 jan 2019.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. Primeira Seção - Capítulo 5./ por Ana ZuleimaLüscher e Rosemary Dore. **RBPG - Políticas, Sociedade e Educação**, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, dez. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. 52p. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso: 18 jan 2019.

OLIVEIRA, Q. M. FIGUEIREDO, F. J. Q. Educação dos Surdos no Brasil: um percurso histórico e novas perspectivas. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 2, n.b2, p. 173- 196, jul.-dez., 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. 2006. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez.

PLAISANCE, E. Ética e inclusão. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 set. 2015.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educação em revista**, Curitiba, PR, n. 33, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 set. 2015.

SANTOS W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(10):3007-3015, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3007.pdf>>. Acesso em 3 nov. 2018.

SILVA, I. M. DE A. DORE, R. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. **Revista Educação Especial**. v. 29, nº 54, p. 203-214. jan./abr. 2016. Santa Maria. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>

SILVA, I. M. DE A. DORE, R. As causas da evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em minas gerais. **V Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, CEFET-MG, 2014**.

SILVA, S. C. da; ARANHA, M. S. F. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 3, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-5382005000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 ago. 2015.

SINNEMANN, T. GARBINI, Z. **Educação inclusiva: uma problematização necessária na atualidade**. P@rtes, São Paulo, SP, mar. 2013. Disponível em <<http://www.partes.com.br/2013/03/01/educacao-inclusiva/#.VfLdXBFVhBc>>. Acesso em 11 ago. 2015.

SOUZA, Marcia Cristina de. **Contextos Educacionais Inclusivos de Alunos Surdos: Ações frente à realidade inclusiva de professores de matemática da educação básica**. 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000184020>. Acesso em: 10 jan. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. 2001. **International classification of functioning, disability and health: ICF**. Geneva.

ZILLOTTO, D. M. SOUZA, D. J. ANDRADE, F. I. Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, jul./set. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28482/0>. Acesso em 30 jun. 2019

SANTANA, A. M. ANDRADE, J. G. de PAGAN, A. A. **Motivos de Escolha do Curso, Influência Familiar e de Amigos nas Perspectivas de Futuro Docente para Licenciandos de Ciências Biológicas da UFS Campus Prof. Alberto de Carvalho.** In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 6, 2012. Anais eletrônicos. Sergipe: UFS, 2012. Disponível em: < http://educonse.com.br/2012/eixo_04/PDF/26.pdf >. Acesso em 13 dez 2018.